

Secretarias de Estado									Elaborar 03 (três) relatórios anuais referentes a: 1. Perdas de Água 2. Qualidade de Água 3. Monitoramento das Estações de Tratamento de Esgoto.	Número de relatórios escritos	Relatórios Ano de referência 2020	02/01 a 30/12/2021	Número de relatórios elaborados	3 relatórios	Meta < 1	0	3%
															Meta = 1	6	
															Meta= 2	8	
															Meta ≥ 3	10	
ADMINISTRAÇÃO									Executar os Contratos de Metas - 2021 firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Percentual de Produtos Executados	Relatórios de Atividades	02/01 a 30/12/2021	(Nº de Produtos Executados / Nº de Produtos Planejados) x 100	80% de execução dos Contratos de Metas - 2021	Meta < 40%	0	10%
															40% ≤ Meta < 60%	5	
															60% ≤ Meta < 80%	7	
															Meta ≥ 80%	10	
									Fiscalizar Terminais Rodoviários Intermunicipais e Rodovias Concedidas	Fiscalizações operacionais de conservação, de manutenção e de segurança das rodovias concedidas e dos terminais rodoviários intermunicipais concedidos.	Relatórios das fiscalizações técnico operacionais nas rodovias concedidas e dos terminais rodoviários in termunicipais concedidos.	02/01 a 30/12/2021	Número de fiscalizações realizadas	20 fiscali zações	0 ≤ FISC ≤ 3	0	15%
															4 ≤ FISC ≤ 7	4	
															8 ≤ FISC ≤ 11	6	
															12 ≤ FISC ≤ 15	6	
															16 ≤ FISC ≤ 19	8	
									Fiscalizações operacionais, das instalações das Unidades Consumidoras e dos indicadores de qualidade do atendimento da Copergás	Fiscalizações operacionais, de conservação, de manutenção e de segurança das instalações dos sistemas de gás canalizado da Conces sionária nos estabelecimen tos dos seus clientes.	Relatórios das fiscalizações técnicos-operacionais realizados nos sistemas de gás canalizado da concessio nária.	02/01 a 30/12/2021	Número de fiscalizações realizadas	336 fiscali zações	0 ≤ FISC ≤ 66	0	15%
															67 ≤ FISC ≤ 134	2	
															135 ≤ FISC ≤ 200	4	
															201 ≤ FISC ≤ 268	6	
															269 ≤ FISC ≤ 335	8	
									Executar a regulação de entidades do Terceiro Setor, qualificadas como OS e OSCIP pelo Estado de Pernambuco	Expedição de documentos relacionados à regulação do Terceiro Setor no Estado de Pernambuco, de acordo com as atribuições previstas na Resolução ARPE nº 067/2010.	Relatório de Atividades Anual ela borado pela Coordena doria de Ati vidades Não Exclusivas do Estado	02/01 a 30/12/2021	Total de documentos relacionados à regulação do Terceiro Setor no Estado de Pernambu co, de acor do com as atribuições previstas na Resolução ARPE nº 067/2010	09 docu mentos (Parece res, Cotas, Relatórios Técnicos de Monito ramento, Fiscaliz ação e Análise de Prestação de Contas)	Meta < 02 documentos	0	10%
															04 documentos > Meta ≥ 03 documentos	4	
															06 documentos > Meta ≥ 05 documentos	6	
															08 documentos > Meta ≥ 07 documentos	8	
															Meta ≥ 09 documentos	10	

Secretária: Marília Raquel Simões Lins								
PUBLICAÇÕES SAD DO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2021								
PORTARIA CONJUNTA SAD/ARPE Nº 19 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021.								
A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO e o DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ARPE,								
CONSIDERANDO a necessidade de dispor sobre as diretrizes e as normas do Plano Anual de Atividades e Metas Institucionais da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco- ARPE, com a finalidade de percepção do Adicional de Desempenho de Atividade de Regulação - ADAR, conforme artigo 16 do Decreto nº 46.707, de 31 de outubro de 2018, RESOLVEM:								
Art. 1º Fica disciplinado o Plano Anual de Atividades e Metas Institucionais, para fins de percepção da Parcela de Desempenho das Metas Institucionais - PDMI, correspondente a até 25% (vinte e cinco por cento) do Adicional de Desempenho de Atividade de Regulação - ADAR, nos termos do Anexo I.								
§1º A aferição da meta e a pontuação devem ser realizadas pelas chefias das Unidades Organizacionais e encaminhadas à Diretoria Administrativa Financeira até 04 de fevereiro de 2022, acompanhada da documentação referente à pontuação correspondente.								
§2º A Pontuação Final calculada a partir da consolidação da pontuação de cada objetivo setorial, a ser realizada pela Diretoria Administrativa Financeira, deve ser homologada em reunião da Diretoria Colegiada da ARPE, com efeitos administrativos e financeiros, a partir de 1º de junho de 2022, com vigência até 31 de maio de 2023.								
Art. 2º A Pontuação Final referente ao desempenho institucional servirá de base para indicar o correspondente percentual a ser aplicado no cálculo para a percepção da parcela remuneratória referente à PDMI, de cada servidor, nos termos do Anexo II.								
Art. 3º As chefias ou servidores responsáveis pelos objetivos expostos no Plano Anual de Atividades e Metas Institucionais poderão formalizar pedido de reconsideração à Diretoria Colegiada da ARPE, em relação ao resultado de suas respectivas metas institucionais, observados os prazos previstos no art. 13 do Decreto nº 46.707, de 31 de outubro de 2018, conforme modelo disposto no Anexo III.								
Art. 4º O resultado final das metas institucionais será divulgado, conforme art. 3º, no site da ARPE, até o dia 1º de abril de 2022.								
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.								
MARÍLIA RAQUEL SIMÕES LINS Secretária de Administração								
SEVERINO OTÁVIO RAPÔSO MONTEIRO Diretor-Presidente da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE								
ANEXO I								
PLANO ANUAL DE ATIVIDADES E METAS INSTITUCIONAIS ARPE - 2021 (Período Avaliativo: janeiro a dezembro/2021								
Objetivo	Indicador	Fonte de Verificação	Período de Aferição	Cálculo do Indicador	Meta	Critério de Pontuação	Pon tuação	Peso
Atender às demandas jurídicas no prazo previsto	Percentual de demandas atendidas no prazo previsto conforme prazos tabela abaixo	Relatórios de Atividades	02/01 a 30 /12/2021	(Nº de documentos respondidos no prazo / Nº de documentos recebidos com prazo definido) x 100	100%	Meta < 40%	0	10%
						40% ≤ Meta < 60%	4	
						60% ≤ Meta < 80%	6	
						80% ≤ Meta < 90%	8	
						Meta ≥ 90%	9	
						Meta = 100%	10	
Fiscalizar os serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos prestados pela Compesa	Fiscalizações Técnico-operacionais e Comerciais realizadas por Município	Relatórios das Fiscalizações	02/01 a 30/12/2021	Número de fiscalizações realizadas	40 Municípios	Meta < 10	0	7%
						10 ≤ Meta < 20	6	
						20 ≤ Meta < 30	7	
						30 ≤ Meta < 36	8	
						36 ≤ Meta < 40	9	
						Meta ≥ 40	10	



ESTADO DE PERNAMBUCO

DIÁRIO OFICIAL - PODER EXECUTIVO

GOVERNADOR

Paulo Henrique Saraiva Câmara

VICE-GOVERNADORA

Luciana Barbosa de Oliveira Santos

SECRETÁRIOS DE ESTADO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Marília Raquel Simões Lins

SECRETÁRIO DA CASA CIVIL

José Francisco de Melo Cavalcanti Neto

SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Lucas Cavalcanti Ramos

SECRETÁRIA DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Érika Gomes Lacet

SECRETÁRIO DE CULTURA

Gilberto de Mello Freyre Neto

SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL

Antônio de Pádua Vieira Cavalcanti

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Claudioano Ferreira Martins Filho

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Geraldo Júlio de Mello Filho

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CRIANÇA E JUVENTUDE

Sileno de Sousa Guedes

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

Marcelo Bruto da Costa Correia

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Marcelo Andrade Bezerra Barros

SECRETÁRIO DA FAZENDA

Décio José Padilha da Cruz

SECRETÁRIO DE IMPRENSA

Eduardo Jorge de Albuquerque Machado Moura

SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS

Fernandha Batista Lafayette

SECRETÁRIO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Pedro Eurico de Barros e Silva

SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

José Antônio Bertotti Júnior

SECRETÁRIA DA MULHER

Sílvia Maria Cordeiro

SECRETÁRIO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E ÀS DROGAS

Cloves Eduardo Benevides

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Alexandre Rebêlo Távora

SECRETÁRIO DE SAÚDE

André Longo Araújo de Melo

SECRETÁRIO DO TRABALHO, EMPREGO E QUALIFICAÇÃO

Albêres Haniery Patrício Lopes

SECRETÁRIO DE TURISMO E LAZER

Rodrigo Cavalcanti Novaes

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Ernani Varjal Medicis Pinto



COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO

Consulte o nosso site: www.cepe.com.br

DIRETOR PRESIDENTE

Luiz Ricardo Leite de Castro Leitão

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Bráulio Mendonça Meneses

DIRETOR DE PRODUÇÃO E EDIÇÃO

Edson Ricardo Teixeira de Melo

GERENTE DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

Sérgio Montenegro

TEXTO

Secretaria de Imprensa

EDITOR

Sérgio Montenegro

EDITOR ASSISTENTE

Marcus Andrey

DIAGRAMAÇÃO E EDIÇÃO DE IMAGEM

Higor Vidal

PUBLICAÇÕES:

Coluna de 6,2 cmR\$ 142,98

Quaisquer reclamações sobre matérias publicadas deverão ser efetuadas no prazo máximo de 10 dias.

COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO

CNPJ 10.921.252/0001-07

Insc. Est. 18.1.001.0022408-15

Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro

Recife-PE – CEP. 50.100-140

Telefone: (81) 3183-2700 (Busca Automática)

Fax: (81) 3183-2747

cepecom@cepe.com.br

Ouvidoria - Fone: 3183-2736

ouvidoria@cepe.com.br

Elaborar documentos técnicos referentes aos procedimentos de reajuste tarifário e de revisão tarifária demandados para CTEEF	Percentual de documentos técnicos elaborados pela CTEEF relativos a procedimentos tarifários	Sistema Eletrônico de Informação (SEI)	02/01 a 30/12/2021	(Total dos documentos técnicos relativos a procedimen tos tarifários enviados para DEF / Total de processos relativos a procedimen tos tarifários encaminha dos pela DEF para análise da CTEEF) x 100	100%	Meta < 40%	0	15%
						40% < Meta < 60%	3	
						60% < Meta < 80%	4	
						80% < Meta < 100%	6,5	
Elaborar documentos de Informação Técnica para responder a demandas diversas e para acom panhamento econômico-financeiro dos setores regulados	Total de documentos de Informação Técnica elaborados pela CTEEF	Sistema Eletrônico de Informação (SEI)	02/01 a 30/12/2021	Total de documentos de Informação Técnica elaborados pela CTEEF	12	Meta < 5	0	
						5 < Meta < 7	1	
						7 < Meta < 9	2	
						9 < Meta < 12	2,5	
Atender, em segunda instância, as demandas dos usuários dos serviços públicos regulados	Percentual de Resolutividade	Relatórios Mensais	02/01 a 30/12/2021	(Nº de demandas encerradas / Nº de demandas recebidas) x 100	93%	Meta < 40%	0	15%
						40% ≤ Meta < 70%	6	
						70% ≤ Meta < 80%	8	
						Meta ≥ 93%	10	

*COJUR

TIPO DE DEMANDA	PRAZO MÉDIO PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA
Contratos Administrativos e termos aditivos	7 (sete) dias
Processos Administrativos – fiscalização (Energia/Saneamento)	30 (trinta) dias
Requerimento de Pessoal - licenças (concessão/gozo), anotação de tempo de serviço	3 (três) a 10 (dez) dias
Demandas por parecer jurídico – assuntos gerais	5 (cinco) a 15 (quinze) dias
Cotas/despacho ou pareceres – licitação/pregão	7 (sete) dias
Respostas a ofícios - gerais	3 (três) a 5 (cinco) dias
Respostas a ofícios de MP e TCE	Prazo determinado no ofício
Prazos Próprios	Definidos previamente pelo Coordenador em demandas complexas.

ANEXO II

Pontuação Final referente ao Desempenho Institucional	Percentual para Cálculo do PDMI
8 a 10 pontos	25%
7 a 7,9 pontos	20%
6 a 6,9 pontos	15%
5 a 5,9 pontos	10%
0 a 4,9 pontos	0%

ANEXO III

FORMULÁRIO DE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO
Avaliação Anual de Desempenho de Metas Institucionais - ADMI

À Diretoria Colegiada da ARPE,

Eu, (NOME DO SERVIDOR), matrícula nº (MATRÍCULA DO SERVIDOR), lotado(a) no(a) (UNIDADE ORGANIZACIONAL), de acordo com o disposto no art. 3º desta Portaria Conjunta, solicito revisão da Pontuação atribuída ao objetivo abaixo indicado, conforme Plano Anual de Atividades e Metas Institucionais, do Anexo I, e/ou a apreciação dos outros motivos de recurso, para fins de percepção da parcela remuneratória do ADAR - PDMI, conforme justificativa(s) abaixo:

OBJETIVO	META
PONTUAÇÃO HOMOLOGADA	PONTUAÇÃO PROPOSTA
MOTIVO DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO	
JUSTIFICATIVA	

Nestes Termos, peço deferimento.

Recife, de de 20 ____.

NOME DO SERVIDOR
MATRÍCULA DO SERVIDOR

PORTARIA SAD Nº 317 DO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2021.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 39.117, de 08 de fevereiro de 2013, em cumprimento à decisão judicial proferida no Mandado de Segurança nº 0060279-17.2020.8.17.2001; **RESOLVE**:

Art. 1º Deferir o pedido de final de fila do candidato abaixo relacionado, aprovado no concurso público para o cargo de Médico - Clínico Geral - Geres VII - Plantonista, regido pela Portaria Conjunta SAD/SES nº 120, de 20 de agosto de 2018, da Secretaria de Saúde, que solicitou a sua colocação no final da relação dos aprovados no referido concurso.

Classificação	Nome
8º	JANISTORP PEREIRA DE SA

PORTARIA SAD Nº 318 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições

CONSIDERANDO o inciso III do art. 1º- B da Lei nº 12.985, de 2 de janeiro de 2006, que define como uma das finalidades da Política de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado, normatizar e orientar as aquisições, gestão e fiscalização de contratos de bens ou serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação;

CONSIDERANDO o Decreto nº 48.736, de 28 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre o processo de aquisição de bens ou serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual;

CONSIDERANDO a Resolução da 2ª Pauta de reunião, de 22 de setembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Definir os procedimentos para aprovação da inclusão ou exclusão de Programas e Projetos Corporativos no portfólio de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC do Poder Executivo Estadual, conforme previsto no art. 4º do Decreto nº 48.736, de 28 de fevereiro de 2020.

Art. 2º A Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI será a responsável pela coordenação, publicação e atualização da lista de Programas e Projetos Corporativos, componentes do portfólio de Soluções de TIC, constantes no Anexo I, devendo disponibilizá-la com, no mínimo, as seguintes informações:

I –Nome;
II –Sigla do Programa ou Projeto;
III – Escopo;
III – Gestão de Negócio;
IV – Gestão Técnica;
IV – Normativos.

Art. 3º O Comitê Executivo de Governança Digital - CEGD decidirá pela inclusão ou exclusão de Programas e Projetos Corporativos no portfólio de Soluções de TIC, com base em recomendação fundamentada do Comitê Técnico de Governança Digital – CTGD, podendo delegar esta atribuição ao CTGD.

Art. 4º Qualquer órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual poderá propor a inclusão ou exclusão de um programa ou projeto no portfólio de Soluções de TIC, devendo tal proposição ser fundamentada pelo Núcleo Setorial de Informática do órgão ou entidade.

Parágrafo Único – As proposições de que trata o parágrafo anterior deverão ser submetidas para análise da ATI, que deverá encaminhá-las, acompanhadas de parecer, ao CTGD, em até 20 (vinte) dias úteis.

Art. 5º A ATI expedirá, quando necessário, normas complementares ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARÍLIA RAQUEL SIMÕES LINS
Secretária de Administração

ANEXO I

LISTA PROGRAMAS E PROJETOS CORPORATIVOS DE TIC

I – PROGRAMAS

a) SEI – Sistema Eletrônico de Informações

Escopo: Gestão e trâmite de processos administrativos eletrônicos
Gestão de Negócio: Secretaria de Administração – SAD
Gestão Técnica: Agência Estadual de Tecnologia da Informação - ATI
Normativos: Decreto Estadual nº 45.157, de 23 de outubro de 2017 e Portaria SAD nº 123, de 22 de janeiro de 2020, que regulamenta a utilização e as boas práticas dentro do SEI-PE.

b) PE CONECTADO – Rede Corporativa de Telemática do Governo de Pernambuco

Escopo: Serviços de telecomunicações integrando dados, voz e imagem
Gestão de Negócio: Secretaria de Administração – SAD
Gestão Técnica: Agência Estadual de Tecnologia da Informação- ATI
Normativos: Decreto Estadual nº 42.907, de 13 de abril de 2016.

c) PE INTEGRADO – Sistema Integrado de Gestão de Pernambuco

Escopo: Gestão integrada de compras, licitações, contratos, patrimônio e almoxarifado
Gestão de Negócio: Secretaria de Administração – SAD
Gestão Técnica: Agência Estadual de Tecnologia da Informação- ATI
Normativos: Decreto Nº 40.222, de 24 de dezembro de 2013.

d) E-FISCO

Escopo: Gestão integrada dos processos de planejamento, orçamento, tributação e finanças do Estado de Pernambuco
Gestão de Negócio: Secretaria da Fazenda - SEFAZ
Gestão Técnica: Secretaria da Fazenda - SEFAZ
Normativos: Decreto Nº 31.276, de 04 de janeiro de 2008, Decreto Nº 31.277, de 04 de janeiro de 2008, Decreto nº 32.567, de 31 de outubro de 2008, Decreto nº 45.000, de 18 de setembro de 2017.

e) SAD-RH

Escopo: Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento do Poder Executivo Estadual
Gestão de Negócio: Secretaria de Administração – SAD
Gestão Técnica: Secretaria de Administração – SAD
Normativos: Decreto nº 21.258, de 1º de Janeiro de 1999.

f) PORTAL PE-CIDADÃO

Escopo: Disponibiliza, através da internet e de forma centralizada, informações detalhadas e acesso aos serviços públicos
Gestão de Negócio: Secretaria de Administração – SAD
Gestão Técnica: Agência Estadual de Tecnologia da Informação- ATI
Normativos: Lei nº 16.420, de 17 de setembro de 2018, e Decreto nº 48.659, de 13 de fevereiro de 2020.

g) EXPRESSO LIVRE

Escopo: Prover serviço de envio e recebimento de E-mails corporativos individuais, contas compartilhadas, e listas de E-mails; disponibilizar agenda de compromissos compartilhadas
Gestão de Negócio: Agência Estadual de Tecnologia da Informação- ATI
Gestão Técnica: Agência Estadual de Tecnologia da Informação- ATI
Normativos: Não há

h) DRIVE PE

Escopo: Prover serviço de armazenamento e sincronização de arquivos remotamente
Gestão de Negócio: Agência Estadual de Tecnologia da Informação- ATI
Gestão Técnica: Agência Estadual de Tecnologia da Informação- ATI
Normativos: Não há

i) WIKI PE

Escopo: Enciclopédia Livre para uso dos órgãos do Poder Executivo Estadual
Gestão de Negócio: Agência Estadual de Tecnologia da Informação
Gestão Técnica: Agência Estadual de Tecnologia da Informação
Normativos: Não há. Software livre e open-source.

j) OUVIDORIA

Escopo: Gestão da Ouvidoria Geral do Estado e Pedidos de Acesso à Informação
Gestão de Negócio: Secretaria da Controladoria Geral do Estado - SCGE
Gestão Técnica: Secretaria da Controladoria Geral do Estado - SCGE
Normativos: Lei nº 16.420 de 17 de setembro de 2018 e Decreto Estadual Nº 48.659, de 13 de fevereiro de 2020.

II – PROJETOS

Projetos relacionados no Plano de Tecnologia da Informação e Comunicação Estadual de que trata o inciso VII do art. 1º -A da Lei nº 12.985, de 02 de janeiro de 2006, que institui o Sistema Estadual de Informática de Governo - SEIG, e dá outras providências.